

# **MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BOLIVIANA: A BUSCA PELA LOMA SANTA, AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E A PRIMEIRA MARCHA PELO TERRITÓRIO E DIGNIDADE**

**Renata Albuquerque**

Faculdade Cásper Líbero

submissão: 31.03.2022 aprovação: 12.09.2022

## RESUMO

Este artigo organiza informações sobre os movimentos indígenas da Amazônia boliviana em diferentes contextos históricos, oferecendo um panorama da diversidade e da complexidade da atuação política indígena nas planícies de Mojos. Tomando como referência, especialmente, a área que hoje corresponde ao Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), e à luz de uma bibliografia especializada nas terras baixas bolivianas e de documentos jornalísticos que registraram a organização indígena multiétnica na Amazônia do país, o texto recupera dados historiográficos sobre a referida região, revisa as características da articulação política indígena amazônica pré-colonial e republicana, e verifica como ela agenciou uma variedade de discursos e práticas políticas indígenas em diferentes momentos históricos. Na primeira parte do texto, são apresentados episódios de resistência indígena à ocupação colonial das planícies de Mojos. Na sequência, a história da formação das organizações políticas indígenas das terras baixas bolivianas é recuperada. Na terceira parte, a centralidade da I Marcha Indígena de 1990 para a consolidação do movimento indígena boliviano é colocada em debate, demonstrando quais as imbricações entre esse movimento e a história do TIPNIS e dos indígenas de Mojos. Na conclusão, a complexidade da trama política indígena amazônica contemporânea é contextualizada e a partir desse reconhecimento, demonstra-se que a movimentação indígena pela autonomia, pela dignidade e pelo direito ao território não aparece pela primeira vez no contexto da fundação do Estado Plurinacional da Bolívia e tampouco foi totalmente resolvida por ele.

**Palavras-chave:** Amazônia boliviana, Mojos, movimento indígena, política indígena, Estado Plurinacional da Bolívia.

**INDIGENOUS MOVEMENTS IN THE BOLIVIAN AMAZON: THE SEARCH FOR LOMA SANTA, INDIGENOUS ORGANIZATIONS AND THE FIRST MARCH FOR TERRITORY AND DIGNITY**

ABSTRACT

This paper organizes information on Bolivian Amazon indigenous movements through different historical contexts, offering an overview of the diversity and complexity of indigenous political action in the *Mojos* plains. The article takes as a reference, especially, the area that corresponds to the Indigenous Territory and National Park Isiboro Sécure (TIPNIS), and benefits from a specialized bibliography on the Bolivian lowlands and journalistic documents that recorded the multiethnic indigenous organization in the country's Amazon. Through these methods, the text retrieves historiographical data about the region, reviews the characteristics of the pre-colonial and republican Amazonian indigenous political articulation, and verifies how it brokered a variety of indigenous political discourses and practices at different historical moments. In its first part, the paper presents episodes of indigenous resistance to the colonial occupation of the *Mojos* plains. Subsequently, it recovers the history of the formation of indigenous political organizations in the Bolivian lowlands. In the third part, the centrality of the I Indigenous March of 1990 for the consolidation of the Bolivian indigenous movement is put into debate, demonstrating the overlaps between this movement and the history of TIPNIS and the indigenous people of *Mojos*. In conclusion, the complexity of the contemporary Amazonian indigenous political plot is contextualized so it can demonstrate that the indigenous movement for autonomy, dignity and the right to territory does not appear for the first time or was fully resolved by the foundation of the Bolivian Plurinational State.

**Keywords:** Bolivian Amazon, *Mojos*, indigenous movement, indigenous politics, Bolivian Plurinational State.

**LOS MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN LA AMAZONÍA BOLIVIANA: LA BÚSQUDA DE LOMA SANTA, LAS ORGANIZACIONES INDÍGENAS Y LA PRIMERA MARCHA POR EL TERRITORIO Y LA DIGNIDAD**

RESUMEN

Este artículo organiza información sobre los movimientos indígenas en la Amazonía boliviana en diferentes contextos históricos, ofreciendo un panorama de la diversidad y complejidad de la acción política indígena en los llanos de *Mojos*. Tomando como referencia, en particular, el área que hoy corresponde al Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), y a la luz de una bibliografía especializada sobre las tierras bajas bolivianas y de documentos periodísticos que registran la organización indígena multiétnica en el país Amazonía, el texto recupera datos historiográficos sobre la región, revisa las características de la articulación política indígena amazónica precolonial y republicana, y verifica cómo esta articulación intermediaba diversos discursos y prácticas políticas indígenas en distintos momentos históricos. En la primera parte del texto se presentan episodios de resistencia indígena a la ocupación colonial de los llanos de *Mojos*. Posteriormente, se recupera la historia de la formación de las organizaciones políticas indígenas en las tierras bajas bolivianas. En la tercera parte, se pone en debate la centralidad de la I Marcha Indígena de 1990 para la consolidación del movimiento indígena boliviano, demostrando los traslapes de este movimiento con la historia del TIPNIS y de los pueblos indígenas de *Mojos*. En la conclusión, se contextualiza la complejidad de la trama política indígena amazónica contemporánea y, a partir de este reconocimiento, se demuestra que el movimiento indígena por la autonomía, la dignidad y el derecho al territorio no aparece por primera vez o tampoco se resuelve por completo en el contexto fundacional del Estado Plurinacional de Bolivia.

**Palabras clave:** Amazonía boliviana, *Mojos*, movimiento indígena, política indígena, Estado Plurinacional de Bolivia.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um dos produtos da minha pesquisa de doutorado realizada entre 2014 e 2019, quando analisei as dinâmicas da política indígena na Amazônia boliviana no contexto do Estado Plurinacional, com especial interesse pelos episódios relacionados com o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS)<sup>1</sup>. O TIPNIS está localizado nas terras baixas bolivianas, nas planícies de Mojos<sup>2</sup>, e abriga mais de 60 comunidades indígenas dos povos *mojeño-trinitário*, *yuracaré* e *chimán*. A região, localizada entre os rios Isiboro e Sécore foi reconhecida como terra indígena em 1990 e desde então tem sido palco de acontecimentos importantes para a história do país. Destaca-se recentemente um conflito que se estabeleceu em 2011 entre lideranças indígenas do TIPNIS e o governo de Evo Morales (2006-2019) a respeito do projeto de construção de uma estrada através do território (Moraes 2014).

Apresentando um recorte dos resultados da pesquisa, este trabalho oferece uma reconstituição histórica da atuação política das populações indígenas que convivem na região do Isiboro-Sécore, identificando características da política indígena amazônica no contexto colonial e observando formas com que as lideranças indíge-

nas têm se relacionado com o Estado boliviano no contexto republicano. A partir do reconhecimento da importância das lideranças do TIPNIS, a pesquisa se deslocou através da história dos movimentos indígenas que convivem nas planícies de Mojos e encontrou conexões, reverberações e articulações entre práticas levadas a cabo no contexto colonial e no republicano, inclusive depois da fundação do Estado Plurinacional da Bolívia. Essas conexões são apresentadas sem que seus contrastes desapareçam, evitando a estabilidade como características da história dos movimentos indígenas da Amazônia boliviana.

Para contrapor processos variados e reconstituir a complexidade da trama política da Amazônia boliviana, o texto apresenta episódios de resistência indígena à ocupação colonial das planícies de Mojos e na sequência, demonstra a importância política das estratégias de disputa territorial *mojeño-trinitárias* mobilizadas no contexto da independência da Bolívia enquanto movimentos de busca pela terra prometida – a *Loma Santa*. Na segunda parte, a história da formação das organizações políticas indígenas das terras baixas bolivianas é recuperada, identificando as distinções e aproximações entre as organizações indígenas coloniais e modernas e contextualizando a importância da sua atuação nas décadas de 1980 e 1990. Ao final, a centralidade da

<sup>1</sup> A pesquisa foi financiada pelo CNPq por meio de bolsa de doutorado, de bolsa de pesquisa no exterior (Doutorado Sanduíche) e pagamento de licença-maternidade. O texto reproduz trechos da tese intitulada “Políticas Indígenas: análise a partir do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Bolívia)”. Trata-se, ainda assim, de um produto inédito: a bibliografia foi atualizada, os dados apresentados foram revisados, o texto foi amplamente editado e a conclusão do trabalho foi reescrita.

<sup>2</sup> A grafia varia entre “Mojos” e “Moxos”. As lideranças indígenas atualmente preferem a grafia “Mojos” e vou me ater a ela ainda quando os documentos originais se referirem a “Moxos”.

I Marcha Indígena de 1990 para a consolidação do movimento indígena boliviano é recuperada, demonstrando as imbricações entre esse movimento e a história dos indígenas de Mojos.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa foi realizada por meio de trabalho de campo e contou com o apoio de entrevistas em profundidade gravadas em diferentes ocasiões entre 2013 e 2016. As entrevistas, realizadas em espanhol, estão apresentadas no texto em seu idioma original e foram transcritas respeitando suas marcas de oralidade; outros termos em espanhol e nos idiomas indígenas aparecem em itálico. Traduções livres foram ligeiramente editadas, principalmente em relação à pontuação e a questões de concordância, e foram incluídas em nota de rodapé. Sempre que o nome da pessoa entrevistada for mencionado, houve permissão por escrito. O anonimato foi oferecido como uma possibilidade em todas as entrevistas e solicitado em algumas. Os trechos de conversas informais, que não foram gravadas, permanecem anônimos.

## 2. A PLANÍCIE DE MOJOS E A BUSCA PELA LOMA SANTA

A região que é conhecida na Bolívia como *tierras bajas* se estende desde os pés da Cordilheira dos Andes até as fronteiras da Bolívia com o Brasil e o Paraguai. As terras baixas são toda a parte não andina da Bolívia e incluem o Chaco e a Amazônia do país, que no total representam cerca de 70% do território nacional. Essa região corresponde à porção oriental do território bo-

liviano, enquanto as *tierras altas* correspondem à porção ocidental. Nessa área estão os departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz e parte dos departamentos de La Paz e Cochabamba (Svabó 2008). A região amazônica da Bolívia cobre uma área de aproximadamente 824.000 km<sup>2</sup> (dos quais 385.000 km<sup>2</sup> são de mata fechada), onde vivem 32 dos 36 povos indígenas do país.

O departamento de Beni foi fundado em 1841, 16 anos depois da independência da Bolívia ter sido proclamada por Simón Bolívar. É um dos maiores departamentos do país e todo seu território está em terras amazônicas. A maior parte do departamento corresponde à antiga Missão de Mojos, uma região de grandes planícies amazônicas onde habitam 19 povos indígenas diferentes. As planícies de Mojos começaram a ser exploradas aproximadamente em 1530 com as grandes expedições que buscavam o Eldorado/Paititi, e passaram a ser colonizadas em 1603 com a chegada dos primeiros missionários (Calandra & Salceda 2004). Hoje, Mojos é uma das oito províncias do departamento de Beni.

Estima-se que na região existam mais de 20.000 montes artificiais construídos antes da chegada dos colonizadores, além de cerca de 2.500 km de canais, aterros e muitas plataformas para plantação (chamadas de *camellones*) (Bogado 2014: 33). A magnitude das obras pré-coloniais em Mojos indicam que aquelas planícies eram ocupadas por grandes populações antes do início da colonização. Alguns pesquisadores afirmam que em Mojos havia 29 grupos diferentes de língua *arawak* quando da chegada dos espa-

nhóis, além de grupos *yuracarés* e *chimánes* (Block 1986: 75-76 apud Canedo 2011: 75). As nações mais importantes que viviam nas planícies eram os *mojos* e os *baures*, ambos grupos de origem *arawak* (Limpias 2008: 229). A variedade de grupos étnicos da região foi reduzida pelos colonizadores a *mojeños*, povo que foi dividido entre os 25 povoados multiétnicos fundados na missão de Mojos (Limpias 2008). Os principais povoados da missão eram Trinidad, San Ignacio de Mojos, Loreto e San Javier, reduções em que se originaram os idiomas *mojeños* falados atualmente: o *mojeño-trinitário*, o *mojeño-ignaciano*, o *mojeño-loretano* e o *mojeño-javeriano*.

Os jesuítas foram expulsos de Mojos em 1767 (Limpias 2008). Em 1810, quando ocorre a principal sublevação indígena da região, o cabildo de Trinidad era um cabildo civil, composto por funcionários da Coroa, mas que ainda contava com a presença de caciques indígenas. Os cabildos são instituições coloniais que em sua origem visavam ao controle e à organização dos povos indígenas que viviam nas *misiones*. O *Gran Cabildo* de Trinidad também foi criado com essa finalidade em 1701 – mais de 120 anos antes da independência da Bolívia. O cabildo de Trinidad não se diferenciava dos outros da região em sua missão catequizadora, e não servia como instituição que pretendesse organizar os indígenas em qualquer espécie de luta política por autonomia ou independência. O cabildo de Trinidad resiste até hoje, e sua importância política foi reinventada ao longo dos séculos, como será visto em seguida. Hoje o cabildo de Trinidad é a principal instituição indígena de Mojos, é o *Gran Cabildo*, o *Cabildo Mayor*, e a sua história se relaciona com a história das movimentações indígenas da região.



Foto 1 - O *Cabildo Indigenal de la Santísima Trinidad* e outros líderes *mojeños* nas comemorações do dia de Pedro Ignacio Muiba, novembro de 2016. Foto: Renata Albuquerque.

De acordo com *don* José, o ex-corregedor do cabildo de Trinidad, “*gracias a esta institución el pueblo mojeño sigue existiendo con toda su historia, con todos sus valores culturales, con todos sus tradiciones, costumbres*”<sup>3</sup>. Para ele, foi o cabildo que garantiu que o povo *mojeño* não se dispersasse completamente diante das contingências da vida nas cidades e que preservasse sua existência como povo: “*con su propio idioma, con su propia visión de pueblo, con su propia manera de pensar*”<sup>4</sup>. Desde o século XVIII até hoje, os cabildos possuem cargos religiosos – como os sacerdotes, as *abadesas* e os músicos; e cargos político-administrativos – como o corregedor (a principal autoridade do cabildo), os *alcaldes* e o cacique (figura de autoridade indígena “revitalizada” no cabildo, mais pelo espírito daquilo que representava do que pelas regras dos sistemas políticos do passado) (Rappaport 1998: 31).

Pedro Ignacio Muiba foi uma dessas figuras de autoridade. O célebre cacique *trinitário*, que viveu no início do século XIX, protagonizou um episódio que é considerado por alguns como uma rebelião única na história das Américas, já que contou exclusivamente com a participação de indígenas (Roca 2009). Outras rebeliões marcantes, como as próprias lutas pela independência, tiveram indígenas, mestiços e *criollos* em seus

exércitos. Em Trinidad, em 1810, a rebelião foi organizada com o objetivo de criar um governo indígena, uma singularidade para a época (Roca 2009). A sublevação de Pedro Ignacio Muiba contra a Coroa constituiu um governo autônomo de Trinidad e Loreto, mas a experiência durou apenas dois meses. Em janeiro de 1811, Muiba e seus principais aliados seriam mortos pela administração colonial. A importância política do episódio, entretanto, extrapola os desdobramentos práticos pontuais do evento.

Pedro Ignacio Muiba é o principal herói *mojeño*. Em Trinidad, uma das principais avenidas da cidade leva seu nome, há estátuas suas por toda parte e há alguns anos foi criado um bairro indígena, na periferia da cidade, que leva o nome do cacique. Em 10 de novembro é comemorado o dia de Pedro Ignacio Muiba. Desde 2010, já no contexto do Estado Plurinacional, a data foi instituída feriado departamental. Em 1989, a *Central de Pueblos Indígenas del Beni* foi fundada em um 10 de novembro, e em 2016 um Encontro de Corregedores do TIPNIS foi marcado para esse mesmo dia<sup>5</sup>.

A memória do cacique Pedro Ignacio Muiba ajuda a compreender a construção dos discursos políticos *mojeños* sobre liberdade e autonomia. Por meio da sublevação de Muiba, o povo *mo-*

<sup>3</sup>“Graças a esta instituição, o povo *mojeño* segue existindo com toda a sua história, com seus valores culturais e com todas as suas tradições e costumes”, entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016.

<sup>4</sup>“com o seu próprio idioma, com sua própria visão enquanto povo e com a sua própria maneira de pensar.” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

<sup>5</sup> O Encontro de Corregedores é um evento que surge na década de 1980, como será visto à frente, e que até hoje funciona como principal espaço de organização dos territórios indígenas da região. As comunidades indígenas de Mojos, principalmente as de maioria *mojeño-trinitária*, têm os seus próprios cabildos instituídos, liderados, cada um, por um corregedor ou – mais recentemente – corregedora.

*jeño* celebra sua história de busca por autonomia e liberdade, marca que é mobilizada estrategicamente para a organização da luta indígena na atualidade. A memória de Muiba também é importante porque revela que desde antes da proclamação da República – e muito antes da fundação do Estado Plurinacional – os indígenas das terras baixas se organizavam, empreendiam experiências políticas e lutavam pela autonomia territorial. Esforços valiosos de descolonização do pensamento boliviano contaram a história da Bolívia desde a perspectiva indígena andina, recuperando a história de Tupaj Amaru, Micaela Bastistas e Tupaj Katari (Reinaga [1970] 2001). Esses mesmos trabalhos, entretanto, ignoram o fato de que nas terras baixas do país os indígenas também compartilham uma história de resistência, organização e luta. Até 1977, quando Antonio Carvalho Urey publica *Pedro Ignacio Muiba, el Heroe*, esse personagem não figurava na historiografia boliviana, reforçando a centralidade da experiência andina na narrativa política e acadêmica sobre o movimento indígena boliviano.

A busca pela *Loma Santa* foi outro movimento decisivo iniciado no século XIX, já depois da independência da Bolívia. O movimento se refere a episódios em que grupos *mojeños* se retiravam dos povoados e cidades originadas pelas antigas missões e retornavam à floresta. Tal qual a rebelião de 1810, os movimentos de busca pela *Loma Santa*, pela terra prometida *mojeño-trinitária*, reforçaram a busca por autonomia e liberdade como marca candente da história dos povos indígenas de Mojos. Pensar

a busca pela *Loma Santa* como um movimento político é um exercício proposital, ainda que se trate de um evento geralmente caracterizado como messiânico (Lehm 1999). Na realidade de Mojos, e especialmente na região dos rios Isiboro e Sécure, essas dimensões da busca pela *Loma Santa* não são excludentes – elas se complementam e se retroalimentam.

Apesar de não haver registros sobre essas caminhadas antes do auge do ciclo da borracha, ao final do século XIX, há registros de profecias milenaristas e messiânicas desse estilo entre outros povos de origem *arawak* no período pré-colonial (Lehm 1999: 45). Isso sugere que a prática dialogou com repertórios oriundos de contextos pré-coloniais que após a independência foram articulados à ideologia *guaraní* dos buscadores da *tierra sin mal* e à ideologia cristã messiânica (Lehm 1999) e que teriam sido catalisados pelo contexto socioeconômico local. Assim, é o auge do ciclo da borracha que, agravando a péssima qualidade de vida dos povos indígenas nas antigas reduções, anima o início do movimento de busca pela *Loma Santa*. É isso o que explica Zulema Lehm (1999), uma das maiores estudiosas do movimento de busca pela *Loma Santa*, para quem o início desse movimento seria produto de relações internas e externas à sociedade *mojeña*.

Em 1887 inicia-se outro ciclo de retorno à floresta, uma resposta à profecia de Andrés Guayochu, indígena *itonama*, que aos 80 anos conduziu um grupo de fiéis *mojeños* de San Lorenzo de Mojos até os interiores da floresta amazônica. Também de San Lorenzo de Mojos teria saído

um grupo sob a liderança de Santos Noco Guaji em data que não é precisa na bibliografia sobre o assunto (Lehm 1999, Calandra 2002, Bogado 2014). Esses grupos teriam adentrado a região do Sécore, caminhando por muitos anos na certeza de que iriam encontrar uma terra fértil que teria sido prometida por Deus como refúgio e onde poderiam viver de forma autônoma e produzir em liberdade. Apenas depois das longas caminhadas, que atravessavam gerações, teriam retornado ao povoado para retomá-lo e defendê-lo da presença dos invasores.

De acordo com o que propõe Lehm (1999), o movimento de busca pela *Loma Santa* conduz o povo *mojeño* a um processo de reocupação dos espaços que lhes pertenciam antes da colonização espanhola, ainda que carregue consigo alguns símbolos que remetem ao contexto das missões jesuíticas – a cruz, a relação com o gado e com o *machete*, por exemplo. Isso significa que a busca pela *Loma Santa*, apesar de ter aspectos exploratórios no que se refere aos seus trajetos pela floresta, foi sobretudo um movimento de retorno. O retorno aos espaços ocupados pelos *mojeños* antes da colonização permitiu a retomada de práticas produtivas igualmente pré-coloniais que no ambiente da floresta reapareceriam (Lehm 1999). Por isso mesmo, a dimensão anticolonial dos discursos dos buscadores de *Loma Santa* é um aspecto importante de ser considerado. Trata-se de uma dimensão que não se restringe ao processo de

retomada territorial e que também se expressa por meio da crença na inacessibilidade dos brancos, *karayanas*, à terra prometida.

A defesa dos territórios ancestrais e a luta pela autonomia são características do movimento de busca da *Loma Santa* especialmente interessantes para este trabalho porque reaparecem na agenda política das organizações indígenas modernas e persistem como plataformas de mobilização no contexto do Estado Plurinacional. Compreender a busca da *Loma Santa* como movimento por liberdade e autonomia possibilita que a principal agenda política dos povos de Mojos, apresentada na década de 1990 e renovada no contexto do Estado Plurinacional, seja entendida a partir de sua própria história. A luta política, portanto, está incrustada na história dos povos indígenas da região. Ainda de acordo com Lehm (1999: 96), “*la Loma Santa no es solamente un lugar, sino la proyección de una sociedad libre del dominio Colonial*” que, ao mesmo tempo, “*busca restaurar un orden social interno e idealizado*”<sup>6</sup>. A busca pela *Loma Santa*, desse modo, teria a qualidade de projetar a luta por uma sociedade em que fosse possível viver livremente.

Diferente de outros movimentos milenaristas indígenas, as caminhadas dos buscadores de *Loma Santa* não desapareceram ao longo do século XX. A crença na existência da terra prometida *mojeña* não sobreviveu apenas como utopia e continuou acionando deslocamentos até bem recentemente. A *Loma Santa* seria, portanto, de

<sup>6</sup>“a Loma Santa não é somente um lugar, ela também é a projeção de uma sociedade livre do domínio colonial” que, ao mesmo tempo, “busca restaurar uma ordem social interna idealizada” (Lehm 1999: 96).

acordo com Canedo (2011), uma “utopia mobilizadora”<sup>7</sup>. Um exemplo é a comunidade de Villa Fátima, localizada no rio Sécore, que foi fundada em 2005 ao final de um deslocamento em busca da Terra Santa. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, eram muitos os grupos de caminhantes, quase sempre (mas não exclusivamente) *mojeños*, que se deslocavam pela zona dos rios Isiboro e Sécore. A memória sobre as caminhadas ainda é recente e muito presente nas histórias de vida de vários dos moradores da região onde hoje se localiza o TIPNIS. Muitos cresceram se deslocando pela floresta, em grandes grupos de caminhantes, e hoje habitam comunidades naquela área.

As descrições da Terra Prometida têm em comum a sacralidade e a abundância. A *Loma Santa* é descrita como um presente de Deus que seria proibido aos pecadores, razão pela qual nunca é encontrada apesar de tantas buscas: na vida terrena, não haveria dúvida, todos são pecadores, mas, contraditoriamente, esse diagnóstico não obstaculiza a sua busca. A principal característica da Terra Prometida seria a abundância espontânea – a fartura independente do trabalho. Seria isso que Deus teria reservado aos *mojeños* não pecadores, proposição que seguramente ecoa a relação bíblica entre o pecado, a perda do paraíso e a origem do trabalho. Para

uma senhora de 89 anos que vive na comunidade de Coquinal, por exemplo, na “*Loma Santa la gente vive tranquila porque come tranquilo*”<sup>8</sup>, ou seja, a tranquilidade provém da fartura. A outra característica da *Loma Santa*, de acordo com ela, remete diretamente ao repertório católico: ela estaria nas pampas prometidas por Deus, naquela região entre os rios Isiboro e Sécore, em que viveria São Miguel, “*en la pampa fresquita, con la Santísima Trinidad*”<sup>9</sup>.

As entrevistas realizadas na região do Isiboro-Sécore permitiram identificar impressões sobre a *Loma Santa* que seguem mobilizando imaginações, aspirações e possibilidades para a vida naquela região. O caminhante pode sempre deixar tudo para trás, porque na *Loma Santa* haverá de tudo disponível. Não é preciso de nada para caminhar. Deus proveria tudo o que fosse necessário quando a Terra Prometida fosse encontrada. A narrativa, de certa forma, ampara o sacrifício das famílias de *buscadores* que deixavam tudo para trás. Os que cresceram dentro desses grupos relembram a época como um período de privações e necessidades variadas condizente com a moral cristã que espera a experiência do sacrifício de quem pretende entrar na Terra Prometida por Deus. *Don Francisco Semo*, da comunidade de Coquinal, no rio Sécore, comentou so-

<sup>7</sup> Aproveitando a introdução da noção de “utopia mobilizadora” de Canedo (2011) faz-se necessário oferecer uma breve definição operativa dos conceitos de utopia e de ideologia, que aparecem quase sempre em companhia do outro neste texto. De acordo com Ribeiro (2008), ideologias e utopias referem-se a questões fundamentalmente relacionadas ao poder e que expressam disputas sobre o passado (ideologia) e sobre o futuro (utopia), mas que não deveriam ser resumidas como disputas puramente interpretativas. Ideologias e utopias movimentam disputas pela (re)construção da realidade à sua maneira, como acontece no caso da *Loma Santa*.

<sup>8</sup> “[na] Loma Santa as pessoas vivem tranquilas porque têm o que comer.” (Entrevista realizada em 5 de agosto de 2016).

<sup>9</sup> “na pampa fresquinha, junto com a Santíssima Trindade.” (Entrevista realizada em 5 de agosto de 2016).

bre as dificuldades enfrentadas por aqueles que se propunham a encontrar em Terra o paraíso de Deus: “*salieron a caminar, se fueron, y dejando sus bienes... ganado, gallina, pato, lo que sea*”<sup>10</sup>. Pablo Vilche, da comunidade de Puerto San Lorenzo, também no rio Sécore, compartilhou suas memórias de infância sobre as caminhadas:

*“yo era niño todavía, pero me acuerdo. Íbamos caminando en el monte como animales, como animales porque era harta gente, más o menos unas quinientas personas. Harta gente caminando por el monte, y dormíamos en el monte donde nos acogía la noche. Como había niños, chicos, harta gente se han muerto por la enfermedad, por hambre también, porque en el monte así no había ni víveres... y la sal, yo me acuerdo que comíamos sin sal. Se sufrió harta, hasta que llegamos en ese río por arriba, en Oromomo. Mi padre tenía su ganadito, sus cosas. Lo dejábamos todo, fuimos con lo que podíamos en el cuerpo y listo. Caminamos”*<sup>11</sup>.

Para don Francisco, foi inevitável a resposta dos buscadores de *Loma Santa* à opressão e violência cometidas por latifundiários, comerciantes e patrões: “*empezaron a caminar, a encontrar la tierra santa para librarse de la esclavitud*”<sup>12</sup>. Foi a mobilidade pelo território proveniente da busca pela liberdade que distribuiu comunidades *mojeñas* ao longo dos rios Isiboro e Sécore. A história de muitas comunidades daquela zona

começa com o assentamento de partes de grupos de *buscadores* que resolviam se estabelecer nos acampamentos que deveriam ser provisórios. Essa dinâmica de mobilidade foi responsável pela reocupação da região pelos *mojeños*, como as pesquisas de Lehm (1999) já demonstraram, e indiretamente são responsáveis pela consolidação do espaço territorial que viria a ser conhecido a partir de 1990 como o TIPNIS.

Para Canedo (2011), além de mobilizar grupos *mojeños* através do território, a busca pela *Loma Santa* também seria politicamente mobilizadora, pois no contexto do Estado Plurinacional o movimento tem servido às organizações indígenas como metáfora da luta pelo direito ao território autônomo. O discurso sobre a *Loma Santa*, para Canedo (2011), sofre uma metamorfose discursiva e ideológica quando deixa de se referir a um lugar mítico e passa a reivindicar um lugar construído, um território onde se vive. A delimitação dos territórios indígenas em 1990 e o avanço de assentamentos não indígenas sobre eles teria cercado a área possível de ser explorada pelos buscadores. As caminhadas passam a ser realizadas, quando realizadas, dentro dos territórios demarcados pelo Estado. A *Loma Santa*, nesse cenário, se representa na forma de cada

<sup>10</sup> “começaram a caminhar e deixavam os seus bens para trás... Gado, galinha, pato, o que quer que fosse” (Entrevista realizada em 8 de agosto de 2016).

<sup>11</sup> “eu ainda era um menino, mas eu me lembro. Caminhávamos pela floresta como animais... como animais porque havia muita gente, mais ou menos umas quinhentas pessoas. Muita gente andando pela floresta, e a gente dormia onde estivéssemos quando a noite chegava. Como tinham crianças, muitas pessoas morriam doentes ou morriam de fome, porque na floresta não tínhamos mantimentos. Eu me lembro que comia sem sal. A gente sofria muito, até que chegamos na parte alta desse rio [Sécore], em Oromomo. Meu pai tinha alguns gados, tinha suas coisas. A gente deixava tudo e saíamos com o que podíamos no corpo e pronto. Caminhamos.” (Entrevista realizada em 4 de outubro de 2016).

<sup>12</sup> “começaram a caminhar, a procurar a terra santa para se livrar da escravidão.” (Entrevista realizada em 8 de agosto de 2016).

nova comunidade que é fundada, onde a vida seria possível em liberdade. O manejo territorial *mojeño* deixa de ser ilimitado e itinerante, e os deslocamentos passam a ser possíveis dentro do espaço específico que precisa ser defendido legal e politicamente: o território.

Nesse sentido, a busca pela *Loma Santa* é uma demonstração da força política dos indígenas de Mojos – apesar de não ser uma força milenarista com capacidade mobilizadora, mas justamente porque é, ela se articula com experiências modernas de organização indígena e continua viva no TIPNIS e em outras zonas *mojeñas* da região (como San Francisco, San Ignacio e San Lorenzo de Moxos). Ainda assim, há uma diferença qualitativa entre essa sociopolítica indígena milenarista e a política indígena que se construiu posteriormente na Bolívia, principalmente a que se aproximou dos partidos e disputou a hegemonia estatal. São experiências que propõem interpretações diferentes sobre o que é político, por exemplo, e que ao se confrontarem na realidade das comunidades originam uma complexa categorização local sobre quem é político e quem não é (Albuquerque 2021).

Lehm (1999) já havia confirmado essa hipótese ao analisar as conexões entre a busca pela *Loma Santa* e a primeira marcha indígena de 1990, que conduziu milhares de *marchistas* desde Trinidad até La Paz, conquistando para os povos indígenas bolivianos o direito então inédito ao território. A autora afirma que ambos os movimentos têm elementos religiosos e seculares (Lehm 1999) e, à sua maneira, ambos são políti-

cos. Ainda assim, e mesmo que estejam articulados, a autora também afirma que são movimentos diferentes entre si. Dentre as características que diferenciam a busca da *Loma Santa* e a I Marcha Indígena chama a atenção a relação que cada uma estabelece com o campo político nacional. Enquanto a busca pela *Loma Santa* mobiliza pela defesa de uma autonomia radical dos povos indígenas – que poderiam ser totalmente livres uma vez encontrassem a Terra Prometida – a marcha de 1990 mobiliza-se pelo direito à cidadania e à visibilidade diante da comunidade nacional.

### 3. AS TERRAS BAIXAS E AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS MODERNAS

A história dos indígenas das terras baixas bolivianas foi uma história de marginalidade até o final da década de 1970 e início da década de 1980. Em algumas das entrevistas que realizei durante meu doutorado, antigos líderes indígenas comentaram que até o momento do estopim do movimento, em 1990, a maioria da população boliviana desconhecia a existência de populações indígenas nas planícies amazônicas de Mojos. As primeiras articulações entre os povos das terras baixas bolivianas (ou Oriente boliviano) começaram em 1979 sob a liderança do capitão-grande *guarani* Bonifacio Barrientos, conhecido como “Sombra Grande”. Tratava-se de um primeiro contato entre representantes dos povos *guarani-izoceños, chiquitanos, ayoreos e guarayos*.

Em Santa Cruz de la Sierra, no ano de 1982, a *Central de Pueblos y Comunidades Indígenas del*

*Oriente Boliviano* (CIDOB) é fundada como uma organização indígena que reunia esses quatro povos. Ao longo de sua história, a organização foi se expandindo, até chegar a representar os 34 povos indígenas das terras baixas da Bolívia. Em 1998, organizações indígenas do Norte de La Paz, do Trópico de Cochabamba e do Chaco de Tarija se somam à organização. Com sua representatividade ampliada, a CIDOB passa a levar o nome de *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, mas segue sendo identificada pela mesma sigla, dado o simbolismo e importância daquela articulação (Valencia, Garcia & Zurita 2010). Surgiu, então, no começo da década de 1980, essa que até hoje é a principal organização indígena das terras baixas bolivianas.

Antes do início desse processo de organização, os povos indígenas das terras baixas, em geral, tinham pouco conhecimento sobre os problemas que compartilhavam. O depoimento de José Urañabi, líder *guarayo* e ex-presidente da CIDOB, ilustra bem essa afirmação. Conforme relata Yashar, que o entrevistou em 1997, antes de se envolver com o processo de organização dos indígenas na CIDOB, Urañabi acreditava que todo mundo era *guarayo* ou branco (Yashar 2005). As primeiras experiências organizativas partem de problemas diagnosticados por cada um dos quatro povos envolvidos no processo fundacional da CIDOB e é possível supor que ainda não havia clareza sobre a possibilidade de construção de uma agenda indígena unitária.

Desde sua fundação, a CIDOB tem sido o principal instrumento de organização da luta

indígena das terras baixas bolivianas, atuando a nível local, regional, nacional e internacional. O caráter internacional da luta indígena latino-americana, inclusive, em grande medida se conecta com a experiência da CIDOB, que dois anos depois de sua criação já participava, enquanto entidade, do congresso fundacional da Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) em Lima, Peru. Até hoje a CIDOB é uma organização profundamente conectada com a problemática indígena a nível internacional, participando ativamente de reuniões e fóruns internacionais e enviando representantes para vários países do mundo (Albuquerque 2021). A CIDOB também instrumentaliza a integração da luta indígena boliviana e, em 1990, já servia como organização “guarda-chuva” para inúmeras organizações indígenas regionais.

Os primeiros contatos entre os quatro povos indígenas que começaram a organizar a CIDOB e o amadurecimento da luta indígena multiétnica revelam que a luta pela terra já não era uma luta pontual de resistência à invasão de madeireiros ou fazendeiros a comunidades indígenas em um ou outro lugar. Era, então, uma luta unificada pelo direito à terra e ao território, fortemente marcada por questões ideológicas e utópicas que unificavam aqueles povos e que davam contornos à identidade indígena em construção.

Organizações não governamentais internacionais tiveram um papel importante nesse processo, criando, por um lado, condições econômicas para viabilizá-lo e, por outro, “redes transcomunitárias” e um “espaço político associativo” crucial

para o surgimento do movimento indígena diante da mudança do “regime de cidadania” indígena em curso na Bolívia entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990 (Yashar 2005). De acordo com Healy (2001), por exemplo, a proposta de uma reunião entre diferentes grupos indígenas das terras baixas bolivianas surge em meados dos anos 1970 em conversas entre o capitão-grande guarani Bonifácio Barrientos e o antropólogo alemão Juergen Riester. A ONG boliviana *Ayuda para el campesino indígena del Oriente boliviano* (APECOB), por meio da cooperação financeira e técnica de cientistas sociais e engenheiros europeus, viabiliza a reunião de 1982, liderada por Barrientos e pelo jovem guarani Víctor Vaca. Ao final, a CIDOB é fundada como central indígena do Oriente boliviano. Ainda de acordo com Healy (2001), o incentivo para a criação de um movimento indígena na Bolívia e a reivindicação positiva do termo datam daquela primeira reunião em Santa Cruz de la Sierra.

O termo “indígena”, então, passava a ser oferecido como meio de construir uma identidade que suportasse um ativismo moderno e político (Healy 2001). Começa a surgir uma agenda política indígena multiétnica que cria a ideia de um movimento indígena boliviano e delimita um espaço específico para sua atuação: a luta pela terra e pelo território. Esse elemento é interessante porque, até então, a luta pela terra, especialmente nas terras altas andinas, era uma pauta do movimento camponês –

que, por sua vez, matizava a dimensão étnica dos conflitos agrários. A partir do começo da década de 1980, os indígenas das terras baixas amazônicas e *chaqueñas* introduziram a questão étnica na luta pela terra. Começaram a se diferenciar dos camponeses e dos povos andinos que, junto ao movimento *katarista*, um movimento político *indianista* que se organizara nas terras altas da Bolívia a partir da década de 1970, se afirmavam como “originários”.

A CIDOB, portanto, criou um modelo organizativo que instituiu uma dinâmica multiétnica da questão indígena na Bolívia. O modelo e a perspectiva da CIDOB logo se expandiram para as diferentes regiões das terras baixas do país, onde as centrais indígenas regionais passaram a ser fundadas ao longo da década de 1980. A CIDOB tem uma estrutura organizativa moderna que conta com um presidente, um vice-presidente e diversos secretários, esses últimos respondendo por secretarias temáticas<sup>13</sup>. Essa estrutura foi replicada pelas centrais indígenas regionais que se fundaram na sequência, mesmo quando não coincidia com o que existia em cada região em termos de organização. No caso de Mojos, por exemplo, a estrutura do *cabildo indigenal* não suportava a agenda política do movimento indígena em ascensão. Nessa esteira, a *Central de Pueblos Indígenas del Beni* é criada como uma organização mais política, enquanto o *cabildo* ficou encarregado dos aspectos espirituais e culturais da vida dos indígenas de Trinidad.

<sup>13</sup>De acordo com entrevista realizada com um ex-dirigente da organização, atualmente a CIDOB conta com as seguintes secretarias: Terra e Território, Recursos Naturais, Mudança Climática, Educação, Saúde, Autonomia, Justiça, Juventudes e Gênero.



Foto 2 - Mulheres e meninas dançam junto ao *Cabildo Indigenal de la Santísima Trinidad* nas comemorações da festa da cidade, maio de 2016. Foto: Renata Albuquerque.

A organização do movimento indígena em Mojos começa em 1987 com o *Primer Encuentro de Autoridades Mojeñas*, convocado pelo *Cabildo Indigenal de Trinidad* para fortalecer as relações entre as comunidades indígenas da região. De acordo com José Guasebe, ex-corregedor do cabildo, antes dessa reunião de 1987 outro encontro desse porte, entre os indígenas de Mojos, tinha acontecido apenas no final do século XIX. Ele afirmou que esses grandes encontros sempre foram para tomar “*grandes decisiones*” e em 1987 não tinha sido diferente: “*fue para tomar la decisión de unidad, de fortalecer la unidad de los pueblos. Como consecuencia de eso se formó un conse-*

*jo, un Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños*”<sup>14</sup>. A fundação do *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños* (CCIM) em 7 de novembro de 1987 marcava o início da organização política autônoma dos indígenas de Mojos e buscava proteger as terras indígenas da invasão e dos abusos dos fazendeiros e madeireiros que avançavam rapidamente sobre aquela região.

Os abusos cometidos por madeireiros e fazendeiros contra os indígenas de Mojos e de outras províncias do Beni agravaram-se depois da Reforma Agrária de 1953, que entregou terras ocupadas pelos indígenas a camponeses do Altiplano boliviano, buscando favorecer o estabelecimento

<sup>14</sup>“foi para decidirmos pela unidade, para fortalecermos a unidade dos povos. Como consequência, formamos um conselho, um Conselho de Cabildos Indígenas Mojeños” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

da agropecuária na região. Mojos era uma região vista como desocupada e improdutivo, que deveria passar a ser o centro da atividade pecuária do país (Yashar 2005, Canedo 2011). O tema da terra, junto à educação e à saúde, serviu como gatilho para a organização política indígena em Mojos. O *Cabildo* se retirava provisoriamente da cena, ainda que nunca tenha se apartado completamente do ambiente do movimento indígena em construção. Diante da expansão desenfreada dos latifúndios em Beni, uma resposta mais articulada dos povos indígenas fazia-se necessária, e o *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños* foi o primeiro passo nessa direção.

A Reforma Agrária de 1953 aconteceu no contexto das reformas nacionais realizadas pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), que tomou o poder em abril de 1952 por meio da Revolução Nacional. De acordo com Canedo (2011), a Reforma Agrária contou com duas modalidades de distribuição da terra, uma nos Andes e *valles* do Altiplano e outra na Amazônia e *chaco* das terras baixas. Nas terras altas bolivianas, a reforma agrária pode ter sido eficiente enquanto projeto redistributivo, mas nas terras baixas do país, ela significou a “consolidación y ampliación de la gran propiedad agrícola ganadera, hacendal y agroindustrial”<sup>15</sup>. O processo de concentração de terras no Oriente boliviano, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, serviu como contexto para o levante dos povos indígenas no final da

década de 1980 e início dos anos 1990.

A reação dos líderes *mojeños*, em 1987, animou o início de um processo de articulação mais amplo e multiétnico em Mojos, já que líderes indígenas de outras etnias procuraram o CCIM logo de sua fundação para compor a luta contra os abusos dos latifundiários de Beni. Don José, que havia sido eleito vice-presidente do CCIM, comenta: “*como decía solamente ‘mojeño’ los otros pueblos reclamaron, y fue por eso que se creó lo que se llamó la Central de Pueblos Indígenas del Beni*”, a CPIB<sup>16</sup>. Assim, em 1989, dois anos depois da fundação do *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños*, é fundada a *Central de Pueblos Indígenas del Beni*. Como mencionado, desde aquele momento, os cabildos da região passaram a se ocupar de questões culturais e espirituais enquanto a Central recém-fundada assumiu o papel de articuladora política entre os indígenas de todo o Beni.

A CPIB foi fundada em 10 de novembro, no dia em que se celebra a revolta do cacique *mojeño* Pedro Ignacio Muiba. Seu primeiro presidente foi Ernesto Noe, líder *mojeño-trinitário* que já havia assumido a liderança do *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños* e que foi conduzido a ser o primeiro presidente da Central. A organização contava com uma estrutura mais consolidada que a do *Consejo*, pois envolvia várias subcentrais, recém-criadas, e porque contava com significativo apoio técnico e financeiro do *Centro de Investigación y Documentación para el Desarrollo*

<sup>15</sup> “consolidação e ampliação da grande propriedade agropecuária, fazendeira e agroindustrial” (Canedo 2011: 97).

<sup>16</sup> “como dizia somente ‘mojeño’, os outros povos reclamaram. Por isso criamos o que se chamou de Central dos Povos Indígenas do Beni.” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

*del Beni* (CIDDEBENI), ONG boliviana que desde a primeira reunião em 1987 investia esforços e recursos na formação da organização e de suas lideranças. Desde sua fundação, portanto, a CPIB aparece como uma central regional com relações tanto com a *Confederación* nacional (a CIDOB) quanto com as organizações locais (as Subcentrais). Com a CIDOB, a CPIB e as subcentrais, a estrutura organizativa do movimento indígena das terras baixas da Bolívia tomava forma.

É nesse contexto que foi fundada a *Subcentral de Cabildos Indigenales Región Isiboro Sécure*, hoje Subcentral do TIPNIS, em um *Encuentro de Corregidores* realizado na comunidade de Puerto San Lorenzo, no rio Sécure, em 1987. A Subcentral do TIPNIS aparece como um projeto totalmente sintonizado com as tendências políticas da época, com uma diretoria com presidente, vice-presidente e secretários de diferentes comunidades dos rios Isiboro e Sécure e que representavam a presença dos três povos indígenas da região na organização: os *mojeño-trinitários*, *yuracarés* e *chimánes*. Desde 1965, a região que fica entre os rios Isiboro e Sécure havia sido declarada um Parque Nacional, mas havia pouco ou nenhum reconhecimento por parte dos governos sobre os povos indígenas que viviam ali. Ao longo dos anos, como mencionado, o abuso dos madeireiros e latifundiários aumentara, e as experiências políticas da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, em Santa Cruz, e do CCIM, em Trinidad, serviram como referência para a organização dos indígenas do Isiboro-Sécure.

O primeiro presidente da Subcentral do Isibo-

ro Sécure e principal articulador do movimento indígena do Oriente boliviano foi Marcial Fabricano, indígena *mojeño-trinitário* da comunidade de Puerto San Lorenzo no rio Sécure. Ao longo dos anos, *don* Marcial tornou-se a principal liderança indígena das terras baixas da Bolívia, tendo sido presidente do TIPNIS, da CPIB, da CIDOB, fundador da Subcentral do Sécure e da *Central de Pueblos Etnicos Mojeños del Beni*, a CPEM-B. Também foi vice-ministro de *Asuntos Indígenas* da Bolívia entre 2002 e 2003, durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997/2002-2003), e candidato à vice-presidência do país na chapa de Miguel Urioste pelo *Movimiento Bolivia Libre* (MBL), em 1997, quando Hugo Banzer Suarez foi eleito presidente (1971-1978/1997-2001). Naquelas eleições, 10 candidatos disputavam a presidência do país, e a chapa de Urioste e Fabricano ficou em sétimo lugar com 3,1% dos votos válidos. *Don* Marcial é um dos primeiros a organizar a resistência aos atropelos dos latifundiários da região, que seguiam expandindo suas fronteiras em direção às comunidades indígenas. Junto com outros líderes *mojeños*, *yuracarés* e *chimánes*, *don* Marcial começa a preparar o primeiro encontro de cabildos da região do Isiboro Sécure. Naquele mesmo ano a Subcentral é fundada.

A região entre os rios Isiboro e Sécure encontra-se nos pés dos Andes bolivianos e se estende até a parte amazônica do país, razão pela qual o TIPNIS conta com paisagens tão singulares. O território começa no encontro da Amazônia com as cordilheiras, no alto Sécure, e segue até a 'boca' do rio Mamoré, no baixo Isiboro, já no

interior da floresta amazônica. São esses rios, o Isiboro e o Sécure, que definem os limites do território onde habitam três povos indígenas que hoje se agrupam em 64 comunidades diferentes espalhadas pela região do Isiboro-Sécure. São os povos *mojeño-trinitário*, *yuracaré* e *chimán* que em algumas zonas do território convivem na mesma comunidade e em outras preferem ter comunidades restritas a um ou outro grupo étnico.

Em 1965 a zona do Isiboro-Sécure é declarada Parque Nacional, mas o Decreto Supremo 07401, de criação do Parque Nacional Isiboro Sécure, não faz nenhuma referência aos indígenas que viviam na região. O Decreto se limita a anunciar a responsabilidade do governo federal com a conservação das bacias hidrográficas e nascentes dos rios, com a manutenção de áreas de “*particular belleza*” como reservas virgens, com a segurança dos recursos naturais da região e com a proteção de uma zona de “*recreo, turismo, estudio e investigación*”. A realidade das comunidades indígenas ribeirinhas já estabelecidas e dos agrupamentos familiares que viviam no interior da floresta era totalmente ignorada pelo governo, e só em 1990, depois do sucesso da *I Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad* é que os direitos dos povos daquela zona seriam reconhecidos pelo Estado.

Até o momento das primeiras reuniões organizadas em 1986 e 1987 por Marcial Fabricano, as comunidades do Isiboro e do Sécure tinham pouco contato entre si. Fabricano, outros líderes in-

dígenas que o acompanhavam e antropólogos do Ciddebeni viajaram pelas comunidades da região para discutir e apresentar o tema dos cabildos e da organização da luta indígena. De acordo com *don* Ercílio, ancião *yuracaré* da comunidade de Nueva Lacea do rio Sécure, as comunidades *yuracaré* não tinham cabildos até serem apresentadas a essa estrutura por *don* Marcial e seus companheiros de viagem, mais ou menos no período da fundação da Subcentral. Com as viagens, a estrutura dos cabildos foi se espalhando pelas comunidades da região, e começam a se estabelecer os primeiros contatos entre os corregedores dos cabildos de cada uma dessas comunidades. A ideia de que todos pertenciam ao mesmo Parque Nacional não era evidente, como também afirmou *don* Ercílio em entrevista: “*antes no había ni eso del parque todavía. Vivíamos así no más, así como vivían antes los antiguos*”<sup>17</sup>.

Pelo que se sabe, a primeira comunidade fundada na região do Isiboro-Sécure foi San José de Patrocínio, no rio Isiboro, que de acordo com alguns depoimentos foi criada em 1943 por *mojeño-trinitários* que saíram de Trinidad buscando estabelecer uma vida mais livre e autônoma, impossível em regiões mais próximas da cidade. Eram buscadores da *Loma Santa*. As comunidades do TIPNIS têm histórias fundacionais muito diferentes. As comunidades *mojeñas*, em sua maioria, foram sendo criadas ao longo das caminhadas dos buscadores de *Loma Santa* que, como sabemos, ora ou outra decidiam se

<sup>17</sup>“antes ainda não existia isso de parque. A gente vivia e pronto. Assim como antes viviam nossos antepassados.” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

fixar em comunidades que deveriam ser provisórias. Em outros casos, o assentamento das comunidades é relacionado à criação de escolas ou à chegada de projetos produtivos na região (como projetos de cana-de-açúcar, de gado ou outros tipos de projetos oferecidos por ongs e pela Igreja Católica). Apesar do contato e do apoio do Ciddebeni, a principal ONG que trabalha naquela região desde a década de 1980, esse primeiro momento de articulação é lembrado por muitos como um momento de autonomia política e organizativa em que as decisões eram tomadas pelos próprios indígenas.

Foi nesse cenário que as organizações indígenas modernas que se formavam em Santa Cruz e em Trinidad se deslocaram para o Isiboro-Sécure. Com a fundação da *Subcentral de Cabildos Indígenales Región Isiboro Sécure*, em 1987, iniciava-se na região do Isiboro-Sécure uma nova etapa em termos de organização e de movimentação política indígena, com reuniões intercomunitárias mais frequentes e marcadas por uma agenda política embrionária mais bem direcionada e abrangente. A articulação interétnica e intercomunitária cria uma estrutura organizativa nova, que envolve toda a região e constrói laços entre os cabildos comunitários, os dirigentes locais que eles elegiam, seus representantes nas organizações regionais e na confederação nacional. Nasce o que se conhece hoje, na Bolívia, como a estrutura política indígena orgânica das terras baixas do país.

#### 4. O ISIBORO SÉCURE E A MARCHA PELO TERRITÓRIO

Ao final da década de 1980, a expoente organização dos indígenas das terras baixas e a capacidade política e técnica dos líderes que se formaram com o apoio da ONG Ciddebeni abriram caminho para o avanço da luta indígena por toda a província de Mojos. O problema da terra, da autonomia e da liberdade continuava central para os indígenas da região, e seu próximo passo foi a organização de uma longa caminhada rumo aos seus direitos. Desde o início de 1990 (e de acordo com alguns relatos, mesmo antes disso) começa a ser discutida e organizada a *I Marcha por el Territorio y la Dignidad*, que se converteria no principal episódio político da história das terras baixas bolivianas e um dos principais episódios políticos da história do país, pois foi por causa dessa marcha, que saiu de Trinidad em um 15 de agosto e chegou em La Paz no dia 17 de setembro de 1990, que os três primeiros territórios indígenas da Bolívia foram demarcados e reconhecidos pelo Estado<sup>18</sup>.

A I Marcha Indígena começou a ser organizada em reuniões entre as diferentes subcentrais da região e a *Central de Pueblos Indígenas del Beni*, acompanhadas pela *Confederación* nacional, a CIDOB, e por técnicos do Ciddebeni e de outras ONGs do país. Relata-se que a organização da I Marcha teve início no VI Encontro de Corregeadores da região do Isiboro-Sécure, realizado na

<sup>18</sup> Após a I Marcha Indígena, foram demarcados os territórios El Ibiato (Decreto Supremo 22609), o TIPNIS (Decreto Supremo 22610) e o Bosque de Chimánés (Decreto Supremo 22611).

comunidade de Santísima Trinidad, ao Sul do Parque, na parte alta do rio Isiboro, entre os dias 28 e 31 de maio de 1990 (Contreras 1991). Dentre suas resoluções, os corregedores reunidos demandavam “*que los indígenas no sean considerados simplemente cuidadores del Parque, sino que sean los dueños legítimos de ese territorio*” (Contreras 1991: 8)<sup>19</sup>, e comunicavam que davam o dia 2 de agosto daquele mesmo ano como prazo para que o governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993) respondesse à demanda pelo território, caso contrário marchariam até a sede do governo.

Agosto se aproximava e o governo não respondia. Os corregedores indígenas se reuniram outra vez no *VII Encuentro de Corregidores*, agora realizado em San Ignacio de Mojos entre os dias 6 e 8 de junho. Naquela reunião, voltaram a demandar a demarcação de territórios indígenas, especificamente do *Bosque de Chimánes*. Ainda no mês de junho, acontece o *Primer Encuentro de Unidad*, realizado entre os dias 11 e 13 daquele mês, em *El Ibiato* (a 65 km de Trinidad). Ali, resolveram que todos os indígenas do Beni deveriam se organizar na *Central de Pueblos Indígenas del Beni*, reafirmaram que o governo tinha o 2 de agosto como prazo para responder às demandas territoriais relacionadas ao *Bosque de Chimánes*, ao *Ibiato* e ao *Isiboro-Sécure* e declararam que “*si no se atienden las demandas, los indígenas se levantarán en lucha sangrienta contra los que les*

*están quitando su territorio para que cesen los atropellos y abusos*” (Contreras 1991: 13)<sup>20</sup>.

A pressão dos indígenas aumentava e o clima era de mobilização. Entre 26 e 29 de julho, nas vésperas do término do prazo estabelecido por eles ao governo, realizam o *II Congreso de Unidad* em San Lorenzo de Mojos. Analisam a proposta enviada pelo governo em resposta às suas demandas anteriores e aos documentos enviados ao longo do mês de junho, mas a rechaçam completamente. Já não necessitavam de promessas, afirma Contreras (1991) em seu relato sobre essa reunião, e exigiam territórios. Naquele momento, a marcha já era uma decisão irrevogável e os corregedores voltaram às suas comunidades para convocar os *comunarios* e se prepararem para a saída. Na manhã do dia 15 de agosto de 1990 indígenas *mojeño, sirionó, yuracaré, chimáne, movina, chiriguano e izoceño* iniciaram a *I Marcha por el Territorio y la Dignidad* (Contreras 1991).

A saída da marcha foi um grande evento para toda a cidade. Na manhã do dia 15 foi celebrada uma missa campal e um ato de despedida, nos quais tiveram a palavra o bispo Manuel Eguiguren, Hernán Melgar (reitor da Universidade do Beni) e Marcial Fabricano (líder do *Isiboro-Sécure* e coordenador da marcha). As expectativas eram altas, todos percebiam que se iniciava um episódio grandioso na história do Beni. O bispo dizia que “*todos los indígenas, desde Alaska a la*

<sup>19</sup>“os indígenas não sejam considerados simplesmente cuidadores do Parque, e que sejam os donos legítimos desse território”.

<sup>20</sup>“se as demandas não forem atendidas, os indígenas se levantarão em uma luta sangrenta contra os que estão roubando seu território, para acabar com o abuso e com os atropelos.”

*Argentina, estarán pendientes de ustedes*” (Contreras 1991: 22); para o reitor, aquele era “*el momento histórico que están viviendo todos los pueblos que luchan por su territorio, por su dignidad y por el derecho al trabajo*” (Contreras 1991: 22)<sup>21</sup>; por fim, para o líder *mojeño*, “*los gobiernos y las autoridades se preocupan de dar soluciones sólo cuando existe una presión*” (Contreras 1991: 22)<sup>22</sup>. Por tudo isso era preciso marchar. A população da cidade saía às ruas para se despedir dos *marchistas*: estudantes à porta das escolas e funcionários fora dos seus postos de trabalho; ao longo do caminho até às margens do rio Marmoré, que foi atravessado em balsas para que a marcha a La Paz começasse, diferentes comissões prestavam homenagens aos corajosos indígenas do Beni (Contreras 1991).

Mais do que uma batalha contra os fazendeiros da região, a marcha era uma maneira de enfrentar o campo político boliviano, desafiando hegemonias que supunham que os indígenas das terras baixas não tinham direito ao território e, conseqüentemente, à autonomia. A Marcha de 1990 pode não ter feito sentido para todos os *comunarios* da região imediatamente, mas significou uma experiência política irreversível em seus efeitos na imaginação dos indígenas sobre seus direitos enquanto bolivianos. Depois de 1990, fica estabelecido um discurso político no território que reconhece o poder transformador da mobilização, da unidade, do sacrifício e

da autonomia. O campo político boliviano que foi enfrentado pelos *marchistas* em 1990 era uma estrutura objetiva de relações de força, definidas pela dinâmica que é própria da política. Assumia, como qualquer outro campo político, o próprio sentido do Estado (Bourdieu 2011), por ser o lugar das lutas em torno das regras e limites entre todos os outros campos (Buraway 2010). Há, aí, uma pista importante para dar sentido à diversidade das políticas indígenas bolivianas: em 1990, com a I Marcha, a autonomia passa a ser reclamada a partir de um relacionamento com o Estado, e não apesar dele (como quando das saídas à floresta em busca da *Loma Santa*).

Foram 34 dias até a marcha chegar em La Paz. Ao longo do caminho, as suas colunas aumentaram, e a marcha, que saiu com 300 *marchistas* de Trinidad, chegou com mais de 800 na sede do governo boliviano. No caminho, os *marchistas* enfrentaram a chuva, a neve, e a má-vontade do governo nacional. Reunidos em 21 de agosto na comunidade de Puerto San Borja, eles decidem enviar uma comissão de dirigentes a La Paz para dialogar diretamente com o presidente Paz Zamora: Ernesto Noe, Marcial Fabricano, Tomás Ticuaso e Antonio Coseruna, os principais dirigentes da marcha, seguem em uma avioneta para a capital *paceña* no mesmo dia (Contreras 1991). No dia 24 de agosto, a comissão se comunica com as colunas da marcha: ainda não há nada soluciona-

21 “o momento histórico que estão vivendo todos os povos que lutam pelos seu território, sua dignidade e pelo seu direito ao trabalho”.

22 “o governo e as autoridades se preocupam em oferecer soluções só quando existe pressão”.

do; no dia 25, a marcha parte outra vez, continuando seu caminho mesmo com os dirigentes em La Paz. Eles reencontrariam a marcha mais

tarde, ainda naquele dia. Naquele ponto já não havia obstáculos que impedissem o avanço dos *marchistas* (Contreras 1991).



Foto 3 - Indígenas do Beni marcham até La Paz por território e dignidade, agosto/setembro de 1990.  
Foto: autor desconhecido<sup>23</sup>

Em 17 de setembro a *I Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad* chega em La Cumbre, a parte mais alta da estrada que atravessa os Andes, entre os Yungas e La Paz, localizada a mais de 4.600 metros acima do nível do mar. A chegada em La Paz estava próxima e em um movimento histórico de acolhimento e solidariedade, os *aymara* e os *quéchua* marchavam junto dos

indígenas do Oriente naquela chegada ao Altiplano<sup>1</sup>. Às 16h40 do dia 17 de setembro de 1990, a *I Marcha* chega em La Paz e estava prestes a transformar os destinos dos povos indígenas bolivianos para sempre: a coragem dos povos indígenas das terras baixas da Bolívia conquistaria o direito aos territórios e, com isso, eles davam mais um passo em sua busca pela dignidade.

<sup>23</sup> Imagem disponível na página <https://lapalabradelbeni.com.bo/trinidad/la-historica-marcha-por-el-territorio-y-la-dignidad/>.

<sup>24</sup> Documentos jornalísticos da época sinalizaram que se tratava da construção de uma unidade inédita entre *collas* do Altiplano e os indígenas das terras baixas (Contreras 1991).

Depois de dias em negociação, o governo e os *marchistas* conseguem chegar a um acordo e no dia 24 de setembro de 1990, quatro “Decretos Supremos” são assinados pelo presidente Paz Zamora: DS 22609, referente a El Ibiato; DS 22610, referente ao Parque Nacional Isiboro Sécuré; DS 22611, referente ao Bosque de Chimánés; e o DS 22612 referente à elaboração da Lei Indígena. A partir daquele dia, os territórios indígenas eram uma realidade na Bolívia, mas a luta em sua defesa continuaria pelas décadas que se seguiram. O Parque Nacional Isiboro Sécuré passava a ter o duplo *status* de Território Indígena e Parque Nacional, que leva até hoje. As entrevistas que realizei no TIPNIS sobre a marcha permitem que se entreveja o discurso que se estabeleceu em 1990 e que até hoje serve como explicação sobre a finalidade e a importância da luta indígena. Esse discurso trata das vitórias arrancadas do governo pelos indígenas em 1990, mas vai além da celebração da conquista do território e normaliza um tipo de moral e de ação política ideal que reverberava de outros processos históricos de disputa por autonomia e liberdade e que sempre teve como eixo o protagonismo político dos povos indígenas de Mojos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um consenso no TIPNIS de que o território conquistado em 1990 é fruto do sofrimento e da coragem dos *marchistas* de 1990: “*El territorio no es regalo de nadie*” afirma-se por todo lado, ou seja, “O território não é presente de nin-

guém”. Nas comunidades indígenas de Mojos, a I Marcha é lembrada como evento ímpar para a organização do movimento indígena boliviano. Como visto neste artigo, entretanto, a singularidade daquele momento histórico não significa que ele não se conecte com outros processos políticos referentes ao universo das disputas políticas empenhadas pelos povos indígenas de Mojos desde o processo colonial, como a própria estrutura organizativa dos cabildos jesuítas (criada no século XVIII), os levantes indígenas contra os espanhóis (nas primeiras décadas do século XIX) e as caminhadas em busca da Terra Prometida (realizadas ao longo do século XX). Viu-se, portanto, como a I Marcha Indígena também pode ser pensada enquanto acionamento de um repertório político diverso que envolve um complexo processo de construção e consolidação de organizações indígenas e, antes disso, a história das caminhadas dos buscadores de *Loma Santa* pelos interiores da floresta amazônica. A luta pela liberdade e pela autonomia é uma marca importante da agenda política indígena na Bolívia, inclusive no contexto plurinacional, e está impregnada na história de Mojos.

Desde 1982, quando a CIDOB foi fundada, os indígenas de Mojos e de outras regiões das terras baixas consolidaram suas organizações e sua plataforma política multiétnica centrada nas disputas por território, autonomia e liberdade. Indígenas de Mojos apresentaram-se diante de diferentes governos na luta incessante pela autonomia, que a partir de meados dos anos 1980 aparecia majoritariamente como luta pela terra

e pelo território – pelos seus limites e pela sua titulação. Depois, construíram a luta por mais visibilidade diante da Constituição e pelo direito de reescreverem, eles também, o texto constitucional. Experientes, os líderes e dirigentes indígenas atuaram de maneira cada vez mais sofisticada diante do campo político boliviano, deslocando-se junto com Evo Morales para dentro dele e, finalmente, revelando um campo político indígena altamente complexo no contexto do Estado Plurinacional.

Dessa forma, a análise da importância da I Marcha para a história do movimento indígena amazônico boliviano não envolve apenas processos que vieram antes dela – como a rebelião de Pedro Ignacio Muiba, a busca pela *Loma Santa* e a fundação da CIDOB –, mas também processos que a seguiram – como marchas indígenas realizadas a favor de uma constituinte, a conformação de um Pacto de Unidade que apoiava a candidatura de Evo Morales, a participação indígena na fundação do Estado Plurinacional e a complexa movimentação contrária à construção de megaobras de desenvolvimento em territórios indígenas. A partir dessas considerações, é possível concluir que o protagonismo político dos povos indígenas amazônicos e a sua luta pela autonomia, pela dignidade e pelo direito ao território é anterior à formação do Estado Plurinacional e ao conflito que se estabeleceu no TIPNIS entre segmentos do movimento indígena e o governo Morales. A agenda política dos movimentos indígenas de Mojos não foi resolvida no contexto da plurinacionalidade e parece ser possível ima-

ginar o contrário, de que ela lhe tenha servido como combustível.

As políticas indígenas articuladas na Amazônia boliviana multiplicaram-se ao longo do tempo, resultando na configuração de um movimento indígena diverso e complexo. Episódios observados em diferentes momentos da história ecoam uns nos outros, construindo uma trama política densa que, mesmo revelando seus pontos de conexão, permite a observação dos seus contrastes e diferenciações. Nesse sentido, este artigo, é fundamental ressaltar, não pretende alinhar políticas indígenas variadas em uma seta apontando para o futuro. Ainda que organize uma revisão historiográfica das políticas indígenas em Mojos, dispensa a leitura evolutiva e percebe a complexidade que emana das transformações históricas das políticas indígenas.

Enquanto alguns setores mantêm vivo o *Cabildo Indigenal*, outros têm investido há décadas em estruturas mais modernas de organização. Há quem siga caminhando em busca da terra prometida na floresta e também há quem construa a relação com partidos políticos e por meio deles demande do Estado horizontes mais autônomos para a existência em comunidade. Ao ocupar todos esses espaços, os indígenas das terras baixas vão se inserindo nas disputas por hegemonia política no país, protagonizando espaços políticos centrais na conjuntura nacional por meio das suas organizações, da realização de marchas e de encontros de comunidades, estratégias que consolidam a luta pela autonomia territorial como uma plataforma atual ainda no Estado Plurinacional.

## 6. REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Renata. 2021. Permitidos em Washington DC: organizações indígenas bolivianas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies* 20 (41): 22-48. 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.190757
- Barabas, Alicia. [1989] 2010. *Utopías indias: movimientos sociorreligiosos en México*. Quito: Abya-Yala.
- Bogado, Daniel. 2019. *Etnohistoria del Beni*. Trinidad: Editorial 3600.
- Bourdieu, Pierre. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política* 5: 193-216, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>
- Buraway, Michael. 2010. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora Unicamp. pp. 49-79.
- Calandra, Horácio, Salceda, Suzana. 2002. Amazonía boliviana. Arqueología de los llanos de Mojos. *Acta Amazónica* 34 (155): 155-163.
- Canedo Vásquez, Gabriela. 2011. *La Loma Santa: una utopia cercada - territorio, cultura y Estado en la Amazonía boliviana*. La Paz: Ibis-Plural.
- Contreras, Alex. *Etapas de una larga marcha*. La Paz: Asociación AQUÍ Avance, 1991.
- Healy, Kevin. 2001. *Llamas, weavings and organic chocolate: multicultural grassroots development in the Andes and Amazon of Bolivia*. Notre Dame: University of Notre Dame.
- Lehm, Zulema. 1999. *Milenarismo y movimiento sociales en la Amazonia Boliviana: la búsqueda de la Loma Santa y la Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad*. Santa Cruz de la Sierra: Oxfam.
- Limpas, Victor Hugo. 2008. El barroco en la misión jesuítica de Moxos. *Varia Historia* 24 (39): 227-254.
- Moraes, Renata Albuquerque de. 2014. *Desenvolvimento e Vivir Bien: o caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Séure (TIPNIS)*. Dissertação de Mestrado, CEPPAC/UnB, Brasília.
- Rappaport, Joanne. 1998. *The Politics of Memory: Native Historical Interpretation in the Colombian Andes*. Durham: Duke University Press.

Reinaga, Fausto. [1970] 2001. *La Revolución India*. La Paz: Movil Graf.

Ribeiro, Gustavo Lins. 2008. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos* 80: 109-125.

Roca, José Luis. 2009. Insurrección de los indios de Mojos. *Revista Ciencia y Cultura*. 22-23: 219-257.  
<http://www.scielo.org/bo/pdf/rcc/n22-23/v10n23a12.pdf>

Svabó, Henriette E. 2008. *Diccionario de la Antropología boliviana*. Santa Cruz de la Sierra: Aguaragüe.

Valencia Gacia, María del Pilar, Zurita, Iván E. 2010. *Los Pueblos Indígenas de Tierras Bajas en el Proceso Constituyente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra: CEJIS.

Yashar, Deborah. 2005. *Contesting Citizenship in Latin American*. New York: Cambridge University Press.